ACÓRDÃO

(Ac. 3ª T.-2722/85)

OTC/smf

I - A lei proíbe a renúncia ao direito de perceber os salários correspondentes ao prazo de aviso prévio.

II- Não se conhece de revista vendo sobre revisão de prova ou tema precluso.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº TST-RR-5176/84, em que é Recorrente CASAS DA BANHA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A e Recorrido GIBALDO DAS NEVES.

Inconformada com a decisão que lhe foi desfavorável, recorre de revista a reclamada pelas duas alíneas do permissivo legal, renovando as questões relativas a validade da renúncia do aviso prévio e ao adicional de produtividade. Alega que o recorrido não juntou a publicação oficial do ato normativo de sua categoria que lhe assegurasse o referido adicional e que a ele caberia provar que não recebera os salários corretamente. Aponta violação ao art. 818 consolidado e art. 333, I do Código de Processo Civil. Indica jurisprudência que pretende divergente. Não foram oferecidas contra-razões. Opina a douta Procuradoria Geral pelo seu provimento.

É o relatório.

V O T O

I - Aviso prévio - Conheço pelas divergências de fls. 83. Meritoriamente, entendo improcedente o apelo manifestado, pois o art. 9º, ao tratar da nulidade de pleno direito dos atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos dispositivos da CLT se aplica ao caso, mesmo que a renúncia tenha sido livre por parte do empregado. A legislação que o protege não investe apenas contra o empregador, quando é desvirtuada. Opera, igualmente, para defender o empregado contra seus atos irrefletidos. In casu, a renúncia do aviso prévio importou no descumprimento dos artigos 487 e 488 da CLT e em prejuízo do empregado. Nego provimento no particular.

II - Adicional de produtividade - No concernente ao adicional de produtividade, o acórdão impugnado diz que "a ele faz jus o autor, conforme documento de fls. 31 e seguintes, não estando provado o pagamento desta parcela". O recorrente afirma que nos termos

JUSTIÇA
85

dos documentos de fls. 31/33 não tem cabimento o pagamento do mesmo. Como se vê a matéria está jungida ao reexame das provas, além do que o acórdão regional é silente a respeito da inversão do ônus da prova e da não juntada da publicação oficial do ato normativo da categoria profissional. A falta de prequestionamento da matéria, tornou-a preclusa. Não demonstrada a afronta literal aos dispositivos de lei. Não conheço do recurso quanto ao tema.

I S T O P O S T O

ACORDAM os Ministros da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, unanimemente, conhecer da revista apenas quanto ao tema do aviso prévio, por divergência e, no mérito, negar-lhe provimento, vencido o Exmo. Sr. Ministro Nelson Tapajós.

Brasília, 27 de junho de 1985

 ORLANDO TEIXEIRA DA COSTA

Presidente no impedimento
 do Titular e Relator

Ciente:

 VALTER OTAVIANO DA COSTA FERREIRA

Procurador